



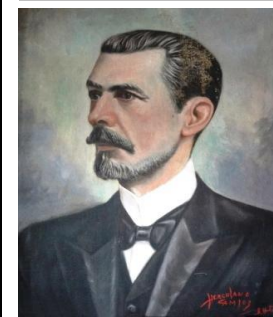
Gestão: 2022/2025

Boletim Informativo

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Dr. José Carlos Serufo

Edição: 4 | Novembro de 2024
Editor: Domingos Teodoro da Costa



Editorial

Desde a fundação, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) tem exercido o papel fundamental na preservação e divulgação da história e da cultura mineira. O Boletim Informativo do IHGMG surge como uma ferramenta essencial nesse contexto, registrando eventos e pesquisas que mantêm viva a memória de Minas Gerais. A publicação oferece aos leitores artigos acadêmicos, relatos históricos, biografias e análises sobre o patrimônio cultural e natural do estado, atuando como guardião do legado mineiro e como fonte de conhecimento para estudiosos. Faz parte da missão do Instituto integrar pessoas de diversas áreas do conhecimento em torno da história e da cultura mineira, fortalecendo assim, a comunidade intelectual e promovendo a valorização da identidade coletiva. Conforme afirmado pelo primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Dr. João Pinheiro, "A antiga energia dos mineiros precisa ser acordada." Essa assertiva ressoa com particular relevância no contexto do Boletim Informativo, pois serve como um instrumento de inspiração para o despertar dessa energia latente, incentivando a aplicação desse vigor na construção de um futuro mais promissor. Domingos Teodoro da Costa

Antropologia: um desafio

Dra. Beatriz Coelho Morais de Sá – Cadeira 67
Dr. Bruno Terra Dias – Cadeira 34



Moça de festa da Sociedade dos kokrit com a máscara Me-kra-tamtúa-ro/-hók / 1935

Disciplina pouco entendida, e por isso facilmente combatida por quem deseja ganhar indevidamente com a ignorância alheia, a antropologia apresenta-se como um desafio e uma chave civilizatória. Afinal, conhecimento e ignorância, cultura e barbárie são conceitos que existem e se justificam apenas em pares, ocupando lugar expressivo na economia civilizatória.

Da ignorância, em suas diversas tonalidades e expressões, podemos compreender, superficialmente, ser o nada, porém, o nada não se confunde com a ignorância, por mais que se diga que o ignorante nada sabe. A ausência completa não tem expressão e a ignorância já é algo, pois é condição de alguém relativamente a algum tema. O nada é impossível, é absoluto, é incompatível com a humanidade, para a qual sempre haverá algo, pois não há humanidade na ausência absoluta. A ignorância, portanto, diverge totalmente do nada. Pode-se dizer que a ignorância é de interesse social, como o conhecimento, a cultura e a barbárie.

Cultura, aquilo que é próprio de um povo, não de uma pessoa (a pessoa solitária não tem cultura, tem apenas modo de vida que a ninguém se comunica; cultura é fenômeno social), está no que se recebe e no que se transmite, em modos, práticas, gostos, ideias, histórias, mitos, lendas, evocações do passado e pretensões de futuro, condicionando e justificando o presente, tudo passado de geração em geração, deixando registros gráficos e estratigráficos, arte rupestre, e artefatos, revelando tecnologias e seus usos, a imaginação espaço-temporal e a admissão de uma transcendência.

Registros materiais da passagem humana revelando a humanidade para a contemporaneidade e para o porvir, no que há de belo e misterioso, próprio à superação dos instintos e das pulsões, substituindo-os por uma razão que dita a paz. Antropologia, grosseiramente, cuida do conhecimento do humano pelo humano, de Malinowski a Darcy Ribeiro, passando por Curt Unkel, o Nimunendaju, e tantos outros. A superação da ignorância pública, provocada, criada, intencional ou simplesmente preguiçosa, se faz com testemunhos de seus grandes nomes, trazidos a conhecimento daqueles que, sem o saber, são os maiores beneficiários de conhecimento produzido e socializado. A Comissão Cultural de Antropologia do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, na gestão José Carlos Serufo, busca realizar, com a celebração de grandes nomes, a superação ao público mineiro de um hiato, justificando sua existência.

Índice:

- Página 2 – Gestão e Liderança.
- Página 3 - Procedimentos Administrativos.
- Página 4 - Preservação e modernização do acervo: uma iniciativa de valor histórico.
- Página 5 - Procedimento administrativo para mitigação dos danos estruturais.
- Página 6 - Palestra sobre o Humanismo Pedagógico do Colégio do Caraça.
- Página 7 - Tiradentes e a República e Diálogo Literário: Explorando as Páginas do Conhecimento.
- Página 8 - Contando a história: Confrade Edelberto Augusto e o Decano Daniel Antunes.
- Página 9 - Arquivo Público Mineiro.
- Página 10 - Cidades Históricas e Encantadoras de Minas Gerais.
- Página 11 - Reunião Informal e O Infinito Universo das Artes.
- Página 12 - Estação “Congonhas do Campo” – Embarque em suas histórias.



Gestão e liderança

Sob o comando visionário e incansável do presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), Dr. José Carlos Serufo, o Instituto está vivenciando um processo de profundas transformações que, ao longo dos últimos anos, marcaram um ponto de inflexão em sua trajetória centenária. Essas mudanças, fundamentais para o fortalecimento e modernização da Instituição, são formalizadas por meio de acordos institucionais, como o Termo de Compromisso celebrado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais com interveniência do Centro Mineiro de Alianças Intersectoriais (CeMAIS), e o IHGMG, em cumprimento da Cláusula 2 do Termo de Compromisso firmado nos autos do Inquérito Civil nº 0223.23.001045-4.

O projeto apresenta a seguinte argumentação: atualmente, a sede do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, que conta com setenta anos de existência, necessita de revitalização, com a recuperação geral de seu piso de tacos de madeira (em situação de desgaste) e a otimização de seu auditório, que não dispõe de equipamentos adequados de imagem e som para a realização de eventos com boa qualidade. Dentro desse contexto de renovação, a revitalização da sede do Instituto, situada no emblemático Edifício Juscelino Kubitschek, está sendo conduzida com um olhar atento às necessidades do presente e do futuro, preservando, ao mesmo tempo, os elementos que representam a memória e a história de Minas Gerais. Ao investir nas atualizações de suas instalações, o IHGMG visa criar um local que não apenas atenda às demandas contemporâneas, mas também ofereça um espaço de excelência para os estudos históricos, culturais e científicos, permitindo que o Instituto continue a desempenhar seu papel fundamental de guardião da memória e do patrimônio do estado.

Recuperação do piso

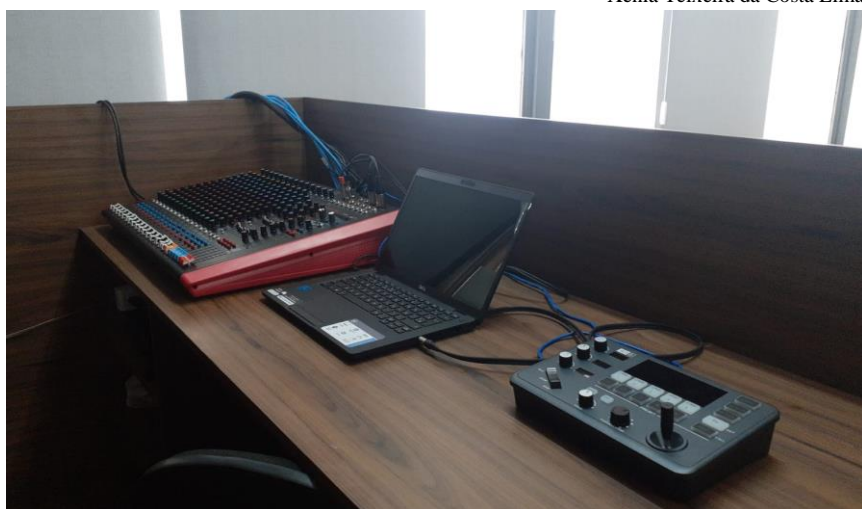
A revitalização de 391 m² de piso e a troca de 150 unidades de tacos foram concluídas com sucesso, marcando mais uma etapa importante na modernização das instalações do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG). O trabalho, realizado com cuidado e precisão, visou recuperar a beleza e a funcionalidade do piso, que, ao longo do tempo, havia sofrido desgaste.

Xênia Teixeira da Costa Lima



Melhorias tecnológicas

Xênia Teixeira da Costa Lima



O projeto apresenta a seguinte argumentação: no auditório, atualmente, não há equipamentos como câmeras, microfones, etc., com capacidade para gravação e transmissão *online* dos eventos, o que limita o alcance das atividades promovidas pelo Instituto. Para superar essa limitação, foram adquiridos equipamentos de áudio e vídeo, atualizando a qualidade das apresentações e eventos realizados no local. Entre os itens, destacam-se uma mesa de som, um microfone sem fio, microfones de mesa, pedestais para microfones, caixas de som coluna e uma caixa keystone de mesa. Adicionalmente, para complementar o sistema, foram adquiridos mais equipamentos, como uma mesa de som, um microfone sem fio, dois microfones de mesa, dois pedestais para microfones e duas caixas de som coluna.

Com o objetivo de expandir as capacidades do auditório, além dos equipamentos de áudio, incluíram-se também dois conjuntos de câmeras, um controle de câmera e um notebook, permitindo a transmissão de eventos ao vivo e ampliando as possibilidades de gravação. Para melhorar ainda mais a conectividade e a instalação dos equipamentos, foram adicionados uma medusa de 12 vias, quatro cabos HDMI, um kit de cabeamento com conectores keystone e um painel LED, completando a infraestrutura necessária. No âmbito de móveis e decoração, também houve a preocupação com o conforto e a estética do ambiente. Itens como uma cadeira estrela, um móvel bancada, uma cortina bordada com doze painéis e trinta e quatro divisórias, além de uma passadeira, foram incluídos. Por fim, a instalação e configuração do sistema de áudio e vídeo foram realizadas para garantir a plena funcionalidade dos equipamentos, otimizando a experiência no auditório e atendendo às necessidades do Instituto. *Gostaríamos de novamente expressar os nossos sinceros agradecimentos ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais pela valiosa parceria e colaboração.*



Procedimentos Administrativos

Dr. José Carlos Serufo – Presidente do IHGMG

Dr. Antônio Carlos de Albuquerque – Secretário-geral do IHGMG

ATO Nº 43/2022-2025

Coordenação do Boletim Informativo do IHGMG



O PRESIDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS, Dr. José Carlos Serufo, no uso de suas atribuições estatutárias previstas no Art. 33 do Regimento Interno, CONSIDERANDO a disposição inserida no Art. 36 referente à confecção e expedição do Boletim Informativo, com a finalidade de manter o público-alvo atualizado nas atividades do IHGMG; e a necessidade de manutenção do órgão informativo para atender ao que fora proposto;

RESOLVE: Atribuir ao Associado Efetivo, Domingos Teodoro da Costa, a responsabilidade pela elaboração e coordenação do Boletim Informativo do IHGMG, com o auxílio do secretário-geral, Dr. Antônio Carlos de Albuquerque, e do 1º secretário, Iácones Batista Vargas.

ATO Nº 44/2022-2025



O PRESIDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS, Dr. José Carlos Serufo, de acordo com o art. 33 do Regimento Interno, RESOLVE:

I. **Criar uma comissão interna com o objetivo de manter a coordenação com os Institutos Históricos e Geográficos de Minas Gerais**, legalmente organizados, para estabelecer um protocolo de cooperação através de seus presidentes eleitos, visando à preservação da memória e do patrimônio histórico, material e imaterial de Minas Gerais.

II. Nomear os seguintes associados efetivos:

Coordenador: Dr. Hugo Henrique Aparecido de Castro Machado

Membros: Professor André Sanches Candreva e Dra. Beatriz Coelho Morais de Sá.

ATO Nº 45/2022/2025

Criação da Comissão Pedro Nava



O PRESIDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS, Dr. José Carlos Serufo, no uso de suas atribuições previstas no art. 33 do Regimento Interno, e, CONSIDERANDO:

I. Que o escritor e memorialista Pedro Nava, nascido em Juiz de Fora, passou parte importante de sua vida em Belo Horizonte, onde se formou em medicina, tendo boa parte do melhor de sua obra voltada à capital mineira;

II. Que Pedro Nava, pela sua obra, deve merecer um espaço dedicado ao memorialismo em Belo Horizonte, com uma sala específica a ele dedicada;

RESOLVE:

Constituir a Comissão Pedro Nava, de caráter transitório, formada por cinco (5) associados efetivos, aqui nominados, com prazo até junho de 2025, para a conclusão de seus trabalhos. O objetivo desta comissão será formular estudos justificativos para a elaboração de dois anteprojetos de Lei a serem encaminhados ao Município de Belo Horizonte e ao Estado de Minas Gerais, celebrando o notável memorialista mineiro cujo nome não deve ser esquecido.

Equipe de trabalho:

- Dr. Hermes Vilchez Guerreiro - Presidente da comissão;
- Dr. Bruno Terra Dias;
- Dra. Beatriz Coelho Morais de Sá;
- Professora Maria de Lourdes Caldas Gouveia;
- Professora Maria Inês de Moraes Marreco.

Os anteprojetos de Lei terão as seguintes diretrizes:

- Anteprojeto de Lei Municipal: Contemplar a criação da Casa de Pedro Nava, um local dedicado ao memorialismo em Belo Horizonte, com uma sala específica ao seu patrono.
- Anteprojeto de Lei Estadual: Contemplar a criação da Casa do Memorialista, dedicada a estudos memorialistas de Minas Gerais, com salas dedicadas a autores específicos, e destaque a Pedro Nava como o maior autor do gênero.

Agradecimentos

Expressamos nossos sinceros agradecimentos ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pela valiosa doação de dez computadores, cinco estantes, dez monitores de vídeo e dez notebooks. Esse apoio reflete o compromisso do Tribunal com a valorização da cultura, da educação e da preservação, áreas essenciais para o fortalecimento da identidade e da memória histórica de Minas Gerais. A colaboração reforça a parceria entre as instituições públicas no fomento ao desenvolvimento de ações que contribuem para o aprimoramento da infraestrutura cultural e acadêmica.



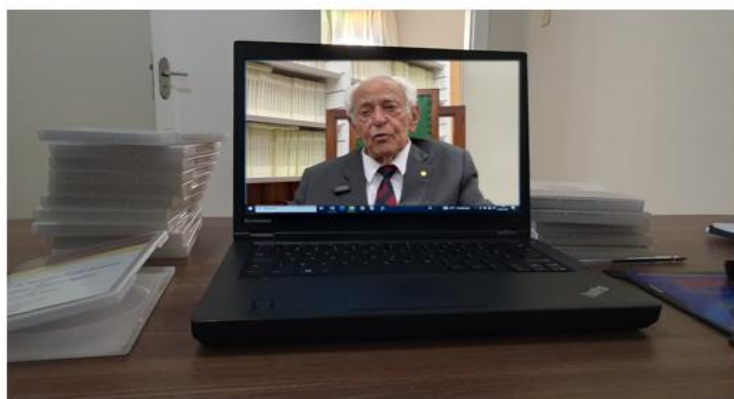
O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) abriga uma coleção de excepcional relevância para a preservação da história e cultura do estado, composta por cerca de 20 mil obras, das quais 17.500 já foram devidamente catalogadas. A organização e conservação desse patrimônio na Biblioteca é esforço de grande importância, viabilizado por meio de apoio significativo, especialmente do presidente José Carlos Serufo. Sua contribuição financeira foi essencial para a realização deste projeto, garantindo a preservação da memória histórica de Minas Gerais. O trabalho não só viabilizou a estruturação e preservação do acervo, como também assegurou que futuras gerações tenham acesso a essa valiosa fonte de conhecimento.

Com o objetivo de ampliar o acesso a esse vasto acervo, o IHGMG implementou a digitalização de todas as suas revistas, projeto coordenado pelo Dr. Stanley Savotetti de Souza, então 2º vice-presidente da Instituição. Após a conclusão da digitalização, as revistas foram disponibilizadas na plataforma digital do IHGMG, com a colaboração do associado efetivo Moisés Mota da Silva e da bibliotecária Emilce Maria Diniz.

Essa iniciativa representa um marco na modernização do Instituto, proporcionando acesso mais amplo e eficiente às publicações e assegurando sua preservação digital. O projeto contribui significativamente para a democratização do conhecimento e para a preservação da história mineira para as futuras gerações.

Projeto de revitalização da Biblioteca Copérnico Pinto Coelho

Pioneirismo



Associado Benemérito: Dr. Adalberto Guimarães Menezes – Cadeira 72

Realização



No dia 15 de agosto de 2024, durante a solenidade de aniversário do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, foi concluída e entregue pelo presidente Dr. José Carlos Serufo, a primeira fase do projeto de organização e revitalização da Biblioteca Copérnico Pinto Coelho.

O presidente Serufo agradeceu o pioneirismo e a dedicação do Dr. Adalberto Guimarães Menezes, a colaboração do secretário-geral, Dr. Antônio Carlos de Albuquerque, o trabalho da bibliotecária Emilce Maria Diniz, a funcionária Nívea Bernardina de Moraes e demais colaboradores.

Projeto e execução

O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, com sede na Rua dos Guajajaras, 1268, CNPJ 17.505.769/0001-64, representado por seu presidente, José Carlos Serufo, doravante denominado CONTRATANTE, e a senhora Emilce Maria Diniz, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente Termo de Contrato, conforme as cláusulas e condições previamente acordadas.

O objeto do contrato é a organização da Biblioteca Copérnico Pinto Coelho, abrangendo a catalogação, a identificação das obras que necessitam de reparos, o acompanhamento e a definição das tarefas a serem desempenhadas pela funcionária Nívea Bernardina de Moraes, bem como o controle das obras solicitadas por pesquisadores previamente identificados.

Elvis Henrique Souza Patricio



Biblioteca Copérnico Pinto Coelho



Procedimento administrativo para mitigação dos danos estruturais e à preservação do acervo

Google maps



Rua Guajajaras / IHGMG

As constantes infiltrações de água da chuva pela laje superior externa no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) representam riscos significativos à integridade estrutural do edifício e à preservação de seu acervo, que inclui documentos raros de grande relevância histórica. Desde 2010, o IHGMG tem formalizado alertas ao Condomínio Juscelino Kubitschek (JK), localizado no bairro Santo Agostinho, região Centro-Sul de Belo Horizonte, sobre os danos causados à sua sede e ao acervo, situados no Bloco B do edifício. No entanto, a falta de atitude por parte do Condomínio em adotar medidas corretivas eficazes tem exacerbado o problema.

Intervenção estrutural emergencial

Ozório José Araújo do Couto



Hall de entrada do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

A situação se tornou insustentável, pois a água das chuvas tem invadido as salas do IHGMG, obrigando o uso de baldes para conter os vazamentos causados pelas goteiras. Na entrada do prédio as paredes estão com trincas e o reboco está soltando, consequência direta da falta de manutenção adequada por parte do Condomínio. Essas condições comprometem não apenas a integridade estrutural do imóvel, mas também a segurança e o conforto dos usuários, tornando imprescindível uma intervenção emergencial para evitar danos maiores.

José Carlos Serufo



Rachaduras e infiltração na laje superior externa do JK (cobertura do IHGMG).

Parecer Técnico

De acordo com o projeto, será necessária a retirada das coberturas anteriores, que apresentam trincas significativas. Essas falhas estão se agravando com o tempo, resultando em riscos adicionais para a segurança do local. A remoção das coberturas será uma etapa importante para garantir a estabilidade da construção e evitar futuros danos estruturais. Para viabilizar os trabalhos, o IHGMG está arrecadando recursos junto aos seus associados e colaboradores.



Humanismo pedagógico do Colégio do Caraça

Palestrante: Professor-doutor Maurício Camêllo

Ozório José Araújo do Couto



Palestrante: Maurício José de Oliveira Camêllo

No dia 26 de outubro de 2024, em comemoração ao ano jubilar pelos 250 anos de fundação do Santuário de Nossa Senhora Mãe dos Homens do Caraça, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) realizou uma sessão solene.

O evento contou com uma palestra sobre o tema *Humanismo Pedagógico do Colégio do Caraça*, proferida pelo professor doutor Maurício José de Oliveira Camêllo. O professor foi apresentado pelo presidente emérito e Coordenador da Comissão Cultural Permanente de Língua Portuguesa do IHGMG, Dr. Aluísio Alberto da Cruz Quintão.

A palestra ofereceu uma análise aprofundada das práticas pedagógicas que caracterizaram o Colégio do Caraça, destacando sua abordagem humanista, que buscava não apenas a formação acadêmica, mas também o desenvolvimento integral dos alunos.

O evento proporcionou uma oportunidade única para a reflexão sobre a importância do legado educacional do Caraça e sua contribuição para a história da educação em Minas Gerais e no Brasil.

A condução da sessão ficou a cargo do presidente do IHGMG, Dr. José Carlos Serufo, e a abertura do evento foi realizada pelo secretário-geral, Dr. Antônio Carlos de Albuquerque, que saudou o palestrante e todos os presentes. Logo a seguir, ressaltou a importância histórica e cultural do Caraça para Minas Gerais e para o Brasil, destacando a relevância das celebrações e afirmando que eventos como esse são fundamentais para a preservação e valorização do nosso patrimônio histórico.

O Dr. Aluísio Alberto da Cruz Quintão saudou os presentes de maneira cordial e, na sequência, apresentou uma explicação detalhada sobre o Santuário do Caraça, abordando sua relevância histórica, arquitetônica e cultural. Dr. Quintão fez uso de uma linguagem técnica e precisa, destacando aspectos importantes da trajetória do Caraça, como sua fundação, as transformações que ocorreram ao longo dos 250 anos e seu papel como centro educacional e religioso. Além disso, ele rendeu uma homenagem ao professor Maurício Camêllo, ressaltando a importância de sua contribuição para a preservação da memória do Santuário e a necessidade de um olhar atento sobre os desafios contemporâneos.

Em seguida, o púlpito foi ocupado pelo professor-doutor Maurício Camêllo, um renomado especialista em história, irmão do saudoso amigo e confrade Roque Camêllo, cuja memória foi lembrada com carinho por todos os presentes. O professor Maurício trouxe uma abordagem detalhada e enriquecedora sobre os 250 anos do Santuário do Caraça, destacando os momentos mais marcantes de sua história, desde sua fundação em 1774 até os dias atuais.

Durante a palestra, o professor abordou a importância do Caraça como centro religioso, educacional e cultural. O palestrante falou sobre a fundação do Colégio do Caraça, que, ao longo dos anos, reuniu inúmeras gerações de estudantes e se tornou um marco na educação brasileira. Além disso, destacou a arquitetura singular do Santuário e a beleza natural que o cerca, elementos que atraem visitantes e pesquisadores de diversas partes do mundo.

No encerramento da palestra, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Dr. José Carlos Serufo, fez um discurso reflexivo. Logo em seguida, aproveitou a oportunidade para agradecer a todos os presentes e, em especial, ao Dr. Maurício Camêllo pela brilhante exposição. Elogiou a profundidade das análises, reforçando a relevância do trabalho do Dr. Camêllo para a comunidade acadêmica e para todos os amantes da história. Concluiu com uma nota de otimismo e esperança, enfatizando que eventos como esse são fundamentais para manter viva a memória e a identidade cultural.

A mesa da sessão solene foi composta pelo palestrante, diretor geral do Caraça e por ilustres membros do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), são eles:

Ozório José Araújo do Couto



Dr. Bruno Terra Dias
Primeiro diretor de comunicação social.

Dr. Antônio Marcos Nohmi
Segundo vice-presidente.

Dr. Antônio Carlos de Albuquerque
Secretário-geral.

Dr. José Carlos Serufo
Presidente do IHGMG.

Dr. Maurício José de Oliveira Camêllo
Palestrante.

Dr. Aluísio Alberto da Cruz Quintão
Presidente emérito.

Padre Paulo Eustáquio Venuto
Diretor geral do Complexo Santuário do Caraça.

Tiradentes e a República

Associado Benemérito: Dr. Adalberto Guimarães Menezes – Cadeira 72



Os propagandistas e os propagadores da mudança do regime monárquico para o republicano, no Brasil, passaram a tomar como ícone a figura de Tiradentes, cultuando sua memória e exaltando-o repetidamente na imprensa, mormente na do Rio de Janeiro, e apresentando-o, junto com os inconfidentes degredados, como vítimas da monarquia, sacrificados pela Rainha D. Maria I, avó do Imperador D. Pedro II. Proclamada a República, o culto à memória do Protomártir estava em primeiro plano, em todas as atividades cívicas, até em torno do ano de 1910, para em seguida cair no esquecimento das autoridades e da população. Isto mostra que a importância da Inconfidência e do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, na nossa história, tão lembrada durante a campanha republicana, não foi absorvida pelos governantes e pelo povo brasileiro: para o segmento “povo”, da nação, o olvido de tão bonita fase é fruto do silêncio que lhe fora imposto por várias décadas, e assim desconhecida completamente o ocorrido no final do século XVIII, e pela falta de uma historiografia que imperou até 1930.

Em 1922, ao ensejo das comemorações do Centenário da Independência, pareceu que esse silêncio seria quebrado com a apresentação, por Lúcio José dos Santos, no Congresso Internacional de História da América, de excelente trabalho sobre a Inconfidência Mineira, mas apenas os historiadores dele tomaram conhecimento. Com sua publicação em 1927, pudemos ver, com muita clareza e satisfação, a grandeza da Inconfidência e de nosso Herói Maior e, parece, chamou a atenção de nossos dirigentes para a obrigação que tinham de levar ao conhecimento de toda a Nação o sacrifício daqueles que ousaram sonhar com a Soberania do Brasil. Podemos citar, como fatos que mostram a retomada do culto à memória de Tiradentes e o incremento ao estudo da Inconfidência a ereção, em Belo Horizonte, do belíssimo Monumento à Terra Mineira em 1930, e principalmente os atos do Presidente Getúlio Vargas em 1936, determinando providências visando à repatriação dos restos mortais dos inconfidentes degredados, a publicação dos *Autos de Devassa* e a desapropriação da Fazenda do Pombal, onde Tiradentes nasceu. Como demonstração de como foi lenta a conscientização, no mundo oficial, da importância do primeiro movimento cívico-militar ocorrido na Colônia com a finalidade precípua de criação de nossa Pátria, vemos o balançar do calendário cívico na fixação do Dia 21 de Abril como uma das mais importantes datas nacionais. Vejamos:

- Ocorreu após a Proclamação da República, o dia 21 de abril foi declarada "Festa Nacional" pelo Decreto Federal nº 155 'B', de 14-01-1890.
- Em 1930, com o Decreto Federal nº 19.488, de 15 de dezembro, o feriado foi suprimido.
- Em 21-04-1931, o Estado de Minas Gerais, inconformado, baixou o Decreto nº 9.913, declarando-o feriado estadual. Vê-se que Tiradentes deixou de ser uma personalidade histórica nacional para sê-lo apenas de Minas.
- Em 1933, o feriado nacional foi restabelecido (Decreto Federal nº 22.647, de 17-04-1933).
- Em 1949, foi novamente suprimido (Lei Federal nº 662, de 06-04-1949).
- Finalmente, em 1950, o feriado foi restabelecido (esperamos que definitivamente) pela Lei Federal nº 1.266, de 12-08-1950.

ADENDO – Na década de 1860 foi erguido em Ouro Preto/MG, por Saldanha Marinho, Presidente da Província, um monumento batizado com seu nome, Coluna Saldanha Marinho. Nela estão inscritos os nomes dos inconfidentes leigos e de dois falsos inconfidentes. Os clérigos não constam nela e, segundo o Cônego Raimundo Trindade, patrono da Genealogia Mineira, por ordem do Presidente da Província, ferrenho anticlerical. Na mesma década o historiador Joaquim Norberto de Sousa escreveu uma história da Inconfidência, publicada espaçadamente e com poucos exemplares, com várias conclusões incorretas, e minimizando a importância da participação de Tiradentes. Em 1894 foi levantado, em Ouro Preto, um monumento encimado por uma estátua do Protomártir, sem nenhuma inscrição, bem próximo à Coluna Saldanha Marinho, que foi retirada e colocada em outra praça da cidade. O belo edifício que abriga a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, construído no mesmo local onde existira uma cadeia em que Tiradentes, fora da Ilha das Cobras, estivera preso, inaugurado em 1926; chama-se Palácio Tiradentes.

Diálogo literário: explorando as páginas do conhecimento

Fábio França – Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP.



Arte e Paixão: Congonhas do Aleijadinho tem por objetivo apresentar o histórico da construção do conjunto monumental de Congonhas e interpretar para o público não especializado a obra do Mestre Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, na cidade de Congonhas, MG, tanto sob o aspecto da arte quanto da espiritualidade, que ela reflete de maneira convincente. A obra está fundamentada em profunda pesquisa histórica, escrita com objetividade por um pesquisador que tanto conhece os aspectos históricos, artísticos, como os religiosos que inspiraram a criação da obra de Congonhas, declarada pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade.

O livro focaliza, de maneira completa e minuciosa, o conjunto monumental de Congonhas, incluindo a construção da Basílica, do Adro dos Profetas, das Capelas dos Passos da Paixão de Cristo e, claro, a biografia de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. As principais características que distinguem a publicação é o apuro dos dados históricos, acompanhados por minuciosas descrições dos temas controversos e, também, de explicações sobre o significado simbólico e religioso de todos os elementos sacros e bíblicos que se encontram no cenário de toda a obra, além, naturalmente, da análise dos elementos artísticos do seu conjunto. Importa ressaltar que essa abordagem é original e inovadora na medida em que facilita ao leitor compreender em detalhes todo o teor da obra e de seu contexto histórico e religioso.

Ao invés de capítulos, o autor optou por desenvolver *Roteiros* de cada tema, que podem ser lidos de forma sequencial ou descontínua, segundo o interesse imediato do leitor. Toda vez que necessitar de informação adicional ele poderá recorrer a centenas de notas e abonações. Além disso, encontrará no *Glossário* a explicação dos principais termos sacros empregados. Afinal, nas *Referências Bibliográficas* o autor relaciona grande número de obras de autores e pesquisadores que dominam o conhecimento da arte, do barroco e do Aleijadinho. Muitas obras desses autores podem ser conferidas na “Coleção Fábio França” no Museu de Congonhas. A obra, em segunda edição, foi publicada pela C/Arte em 2022 -Belo Horizonte.



Júlio Bueno Brandão

Associado Efetivo: Dr. Edelberto Augusto Gomes Lima – Cadeira 56



Nasceu em Ouro Fino (MG) em 11 de julho de 1858 e faleceu no Rio de Janeiro em 21 de março de 1931. Foram seus pais Francisco de Paula Bueno e Francisca Sanches de Paula Bueno e sua esposa, dona Hilda Bueno Brandão. Em sua terra natal, foi advogado, juiz Municipal, vereador, inspetor escolar, delegado de polícia e Agente do Executivo, cargos ocupados principalmente no período imperial. Proclamada a República em novembro de 1889, em janeiro 1891, foi nomeado pelo Presidente do novo Estado de Minas Gerais, Crispim Jacques Bias Fortes, Presidente do Conselho de Intendência em Ouro Fino, permanecendo neste posto até março de 1892, quando foi eleito Presidente da Câmara Municipal, sendo reconduzido no cargo até 1901.

Ainda em 1893, acumulou esta função com a de Deputado Estadual sendo que em julho do mesmo ano, ao se eleger para este cargo, iniciou uma vertiginosa carreira fora das divisas de sua terra natal. Reelegeu-se para a legislatura de 1895 a 1898. Elegeu-se em seguida, Senador Federal no período de 1897 a 1899, preenchendo uma vaga aberta pela renúncia de outro Senador Federal. Reelegeu-se sucessivamente, de 1900 até 1908, tendo ocupado funções de relevo no senado federal. Acumulou

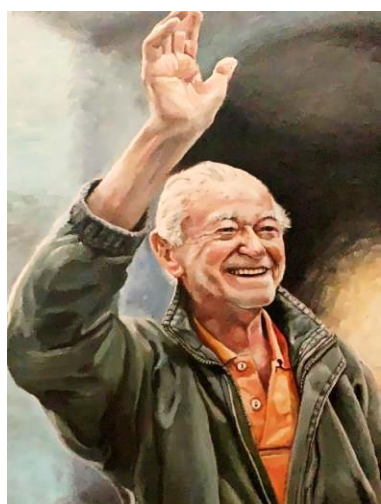
durante algum tempo a senadoria e a Vice-Presidência do Estado de Minas Gerais, para a qual foi eleito, em 07.03.1905, na chapa encabeçada por João Pinheiro da Silva. Tendo João Pinheiro falecido em 25 de outubro de 1908, renunciou ao mandato parlamentar e assumiu o cargo de Presidente do Estado de Minas Gerais, a fim de completar o período do mandato.

Realizadas novas eleições em sete de março de 1910, em sete de setembro do mesmo ano, é empossado Presidente de Estado de Minas Gerais, para o quadriênio de 1910 a 1914. A Constituição mineira de 1891, a primeira da era republicana, estabeleceu o bicameralismo, composto pela Câmara de Deputados e do senado estadual. Quando se reuniam, formavam o Congresso mineiro. Por força de seu artigo 97, a autoridade máxima do executivo estadual era denominada de Presidente do Estado e não governador. Júlio Bueno Brandão fez parte do histórico Congresso Mineiro, reunido provisoriamente em Barbacena, a partir de 1893, com a única incumbência de escolher a nova capital para o Estado de Minas Gerais.

Depois de exercer o mandato de Presidente do Estado até 1914, em 1916 retorna ao senado estadual, mas permanece por pouco tempo, eis ter sido eleito Deputado Federal em 1917, sendo reeleito até 1923. Em 1924, voltou a se eleger para o senado federal, permanecendo no cargo até 1930, quando, em face da revolução de 1930, que alçou Getúlio Vargas ao poder, as casas legislativas do país foram fechadas. Júlio Bueno Brandão, como Presidente do Estado, trouxe grandes e inúmeros benefícios para Minas, mas limitarei a citar, apenas dois, entre outros, que levou para a minha terra natal. Um deles, foi a criação na cidade de São Domingos do Prata da Colônia Agrícola Guidoal, nome dado ao histórico francês, Guido Thomaz Marlière, iniciador da colonização no Vale do Piracicaba no início do século 19, além de grande defensor dos índios que abundavam aquela região. Afrânio de Mello Franco, patrono desse conceituado Instituto, em uma feliz expressão, o chamou de o “Apóstolo das Selvas Mineira”. No início esta Colônia tornou-se uma grande produtora e exportadora de produtos hortigranjeiros e nela abrigou diversas famílias de imigrantes, inclusive de alemães. Ele, assim como João Pinheiro, considerava crucial estimular a imigração de colonos estrangeiros para o fortalecimento econômico de Minas Gerais. (...)

Decano do IHGMG

Associado Benemérito: Dr. Daniel Antunes Júnior – Cadeira 43



Nascido em Espinosa, Daniel Antunes Júnior atuou durante muitos anos na área financeira. Jornalista amador, colaborou com textos em jornais e revistas de Belo Horizonte e do interior do estado. Como escritor, lançou os livros *Lençóis do Rio Verde - Crônica do meu Sertão* e *Coração de Prata - Contos Correntes*. Pesquisador nato, na área de genealogia, reuniu dados e informações para a composição e edição do Catálogo Genealógico das famílias Antunes e Tolentino.

Em 2017, lançou o livro *A Colonização Brasileira* e o livro *do Tombo da Casa do Conde da Ponte*, trabalho de pesquisa histórica que contemplou a recuperação do Livro do Tombo, manuscrito de 1819, que registra o patrimônio territorial do morgadio do VI Conde da Ponte, abrangendo cento e sessenta léguas de terras, que vão desde o Morro do Chapéu, situado na parte central da Bahia – Chapada Diamantina, até as nascentes do Rio das Velhas, em Minas Gerais. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais desde 1984, ocupa a cadeira de número 43, cujo patrono é Teófilo Benedito Otoni. No IHGMG, exerceu o cargo de primeiro vice-presidente por dois mandatos. Também é membro da Arcádia de Minas Gerais e sócio correspondente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e do

Instituto Genealógico da Bahia. Foi governador distrital do Lions Internacional e participa da Academia Mineira de Leonismo. Foi diretor das Associações Comerciais de Ponte Nova, Uberlândia, da Abecip e do Pampulha Iate Clube. Como presidente da Caixa de Aposentadoria dos funcionários do Banco de Minas Gerais, elaborou um plano para aquisição de automóveis – uma espécie de consórcio – modelo inédito que foi adotado e difundido em todo o Brasil, vindo a ser regulamentado pelo Banco Central e institucionalizado por leis federais.

Contando história

Reza velho adágio dos franceses: “Morto o Rei, Viva o Rei”! E assim sobrevivia a Corte do Rei Sol, na sucessão dos seus dignitários, transmitindo-se aos mesmos o legado e as pompas da Realeza, e, por virtude, realçando a reputação do seu caráter benfazejo. Por outro lado, no Lions Clube de Belo Horizonte, era costume chamar, carinhosamente, o presidente de “querido”. Mas um dia, o orador que saudava o companheiro ao final de seu mandato, tropeçou na sua fala, traído por metaplasmo de semântica esdrúxula, e o chamou de “ex-querido presidente”, em vez de “querido ex-presidente”.

Foi a conta; o pessoal caiu na gargalhada, o neologismo pegou, sem perder o sentido afetivo, aplicando-se a todos os que exerceram o cargo, e instituindo uma nova galeria. *Ad instar* de tais casos, no nosso Instituto Histórico e Geográfico, também temos a Galeria dos “queridos expresidentes”, recentemente enriquecida com os retratos de dois valorosos consócios: Dr. Luiz Carlos Abritta e Cel. Paulo Duarte Pereira, presidentes eméritos, que dedicaram o seu tempo, o seu talento e a sua operosidade à Casa de João Pinheiro, e por todos os títulos merecem a nossa reverência, **Daj**.



Arquivo Público Mineiro

Sônia Maria Gonçalves, coordenadora do Núcleo de Acesso à Informação e Pesquisa

A importância da relação entre o Arquivo Público Mineiro e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais é fundamental para a preservação e valorização da memória e da história do estado de Minas Gerais. Essa parceria se reflete em ações e iniciativas que buscam manter viva a rica herança cultural do estado, o que pode ser exemplificado nas palavras do Dr. Augusto de Lima. Em um discurso proferido no dia 16 de julho de 1907, registrado em ata na Câmara de Deputados do Congresso Mineiro, ele afirmou: “Senhores, já de longo tempo vem vindo a ideia da formação de um núcleo intelectual entre nós para o estudo consciencioso do nosso passado histórico. Podemos até afirmar que tal ideia é tão antiga como a necessidade que ela traduz. Os registros e memórias que os antepassados nos legaram são documentos parcelados dessa aspiração e cujo êxito se opuseram diversas circunstâncias que não vêm ao caso apreciar.”

No mesmo discurso, o Dr. Augusto de Lima ressaltou a importância de movimentos significativos, como a fundação da Sociedade de Geografia em Ouro Preto e a criação do Arquivo Público Mineiro pelo governo estadual em 1895. Após relatar esses marcos, ele destacou o empenho na criação do Instituto, afirmando que “não é tarde para começar a nossa obra gloriosa, em cuja cooperação, em nome dos companheiros de comissão e do patriótico grémio, de quem exclusivamente são delegados”.

Domingos Teodoro da Costa



Sede do Arquivo Público Mineiro - Avenida João Pinheiro/Belo Horizonte

Arquivo Público Mineiro: preservação e acesso na era digital

Para compreender melhor a história do Arquivo Público Mineiro, entrei em contato com Sônia Maria Gonçalves, coordenadora do Núcleo de Acesso à Informação e Pesquisa. Atualmente, o APM faz parte da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, sendo responsável pela gestão dos documentos do Poder Executivo do Estado.

As atribuições incluem a preservação, a restauração, a organização, a descrição e a guarda de documentos públicos e privados de interesse público, além da promoção de pesquisas e da divulgação de acervos. A Instituição está sob a gestão do Diretor do Arquivo Público Mineiro, Dr. Bruno Tripoloni Balista.

Em um esforço colaborativo entre a Secretaria de Estado de Cultura e o Arquivo Público Mineiro, foi implementado o Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro (SIAAPM). Esta inovadora base de dados visa democratizar o acesso à informação, permitindo que pesquisadores, estudantes e o público em geral consultem remotamente milhares de documentos de valor histórico e cultural. A criação desse sistema moderniza a gestão documental e facilita a preservação da memória coletiva, tornando-a mais acessível a todos, independentemente de sua localização.

Da fundação às políticas contemporâneas

Fundada em Ouro Preto em 1895, o APM foi transferido para Belo Horizonte em 1901. Sua sede atual, construída em 1897, já abrigava a residência do secretário das finanças e da Prefeitura de Belo Horizonte. Originalmente parte da Secretaria do Interior, o APM foi subordinado à Secretaria de Educação, ao Gabinete do Governador e à Secretaria de Estado de Cultura até 2019.

O acervo do APM inclui documentos manuscritos, impressos, mapas, plantas, fotografias, gravuras, filmes, livros, folhetos e revistas, abrangendo desde o século XVIII até o século XXI. A Instituição também mantém uma biblioteca especializada em história de Minas Gerais e arquivologia, além de uma coleção de obras raras.

Em 2011, com a promulgação da Lei nº 19.420, foi instituída a Política Estadual de Arquivos, que estabelece diretrizes para a produção, classificação, uso, destinação, acesso e preservação de arquivos públicos e privados. O APM é responsável pela implementação dessa política no âmbito do Poder Executivo de Minas Gerais, garantindo que a história e a memória do estado sejam preservadas para as futuras gerações.



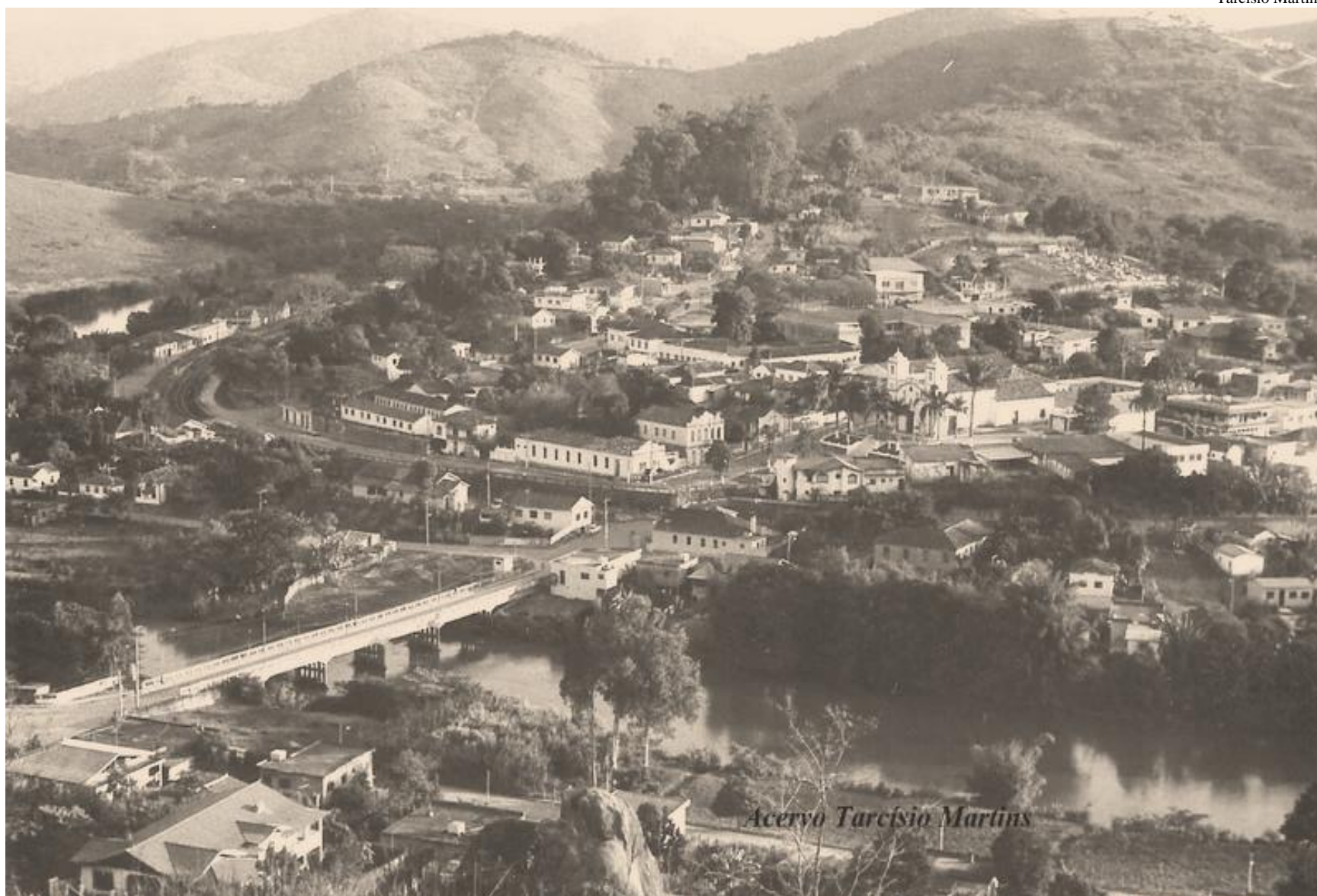
Belo Vale: 351 anos de trajetória histórica e cultural

Tarcísio Martins, jornalista e pesquisador da história de Belo Vale

Registros históricos e literários apontam que, as terras que formariam o município de Belo Vale foram ocupadas por membros da expedição de Fernão Dias Paes, que lançaram um pouso: *Roças de Matias Cardoso de Almeida*, na região do *Parahypeba*, em 1673. Nas cercanias do atual povoado de Vargem de Santana, distrito de Santana do Paraopeba surgiu – ‘O primeiro núcleo de Minas Gerais’, confirmou o historiador Salomão de Vasconcellos, que em 1943 visitou a região e registrou o patrimônio de Belo Vale no livro ‘Bandeirismo’, 1944.

- (...) *pode-se, por melhor aplicar, a nominata de primeiro lar da pátria mineira a Belo Vale. Antes, conferido por Diogo de Vasconcellos à cidade de Ibituruna. O lugar, Roças Matias Cardoso de Almeida passou a se chamar São Pedro do Paraypeba, primeiro nome registrado para Vargem de Santana, onde se lavrou o primeiro auto-oficial de toda Minas: do recebimento das esmeraldas e da posse das feitorias e arraiais fundados pelo grande e malogrado chefe, em 28 de junho de 1681.*

Tarcísio Martins



1986 - Vista do centro histórico de Belo Vale

Escravizados influenciaram cultura dos belo-valenses

A partir de então, a busca por ouro na parte oeste da Serra da Moeda, proporcionou que bandeirantes, seguidos por centenas de imigrantes portugueses, fazendeiros, mascates e contrabandistas se aportassem nas terras férteis do Vale do Médio Paraopeba. Entretanto, o Ciclo do Ouro não foi tão forte nessa região, como aconteceu a Leste da Serra da Moeda: Vila Rica, Mariana, Caeté, Sabará... No Vale do Médio Paraopeba foram erguidas grandes fazendas: Boa Esperança formatou um modelo agropecuário regional e transformou-se no mais importante latifúndio mineiro, provido de mão de obra de centenas de escravizados.

Os negros africanos deixaram suas influências na culinária, nos modos de ser e de fazer, e na cultura de comunidades tradicionais como as de Boa Morte e Chacrinha dos Pretos, erguidas no início do século XVIII. Comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombolas pela Fundação Cultural Palmares, desde 2004. Em 1914, o então povoado de São Gonçalo da Ponte integrante do município de Bonfim, passou a ser denominado Belo Vale. O ano de 1932 marcou os rumos políticos e a vida social do distrito, momento em que se instalou, em 18 de maio, a “Comissão Pró Município – C.P.M.” que viria a conquistar a independência de Bonfim, por meio do Decreto 148 de 17/12/1938. Em 1º de Janeiro de 1939 foi realizada uma grande festa para celebrar a emancipação política e instalação da cidade de Belo Vale.

Belo Vale destaca-se na preservação de seu patrimônio

Belo Vale está localizado na Região Central de Minas Gerais, em área territorial de 365.923 km² que integra o *Quadrilátero Ferrífero*. A população é de 8.627 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM - de 0,655, conforme Censo Demográfico IBGE-2022. Segundo o TSE / 2024, há 8.591 eleitores. A economia gira em torno da agricultura - mexerica ponkan - e do extrativismo mineral, setor que deixa o município entre os dez maiores de Minas que arrecadam a *Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM*. O município se destaca na 19ª posição no Estado de Minas Gerais, com 24,20 pontos no exercício de 2024, referentes à preservação do patrimônio, Programa ICMS Patrimônio Cultural – IEPHA-MG. Há motivos para visitar Belo Vale e se envolver com sua história, cultura, seus atrativos naturais e surpreendentes patrimônios culturais e religiosos, como a Matriz de São Gonçalo, Capelas de Boa Morte e Sant’Ana, Fazenda Boa Esperança, Ruínas da Chacrinha dos Pretos e o emocionante Museu do Escravo.



Reunião Informal

Associado Efetivo: Domingos T Costa - Cadeira 73



Em uma quinta-feira, 31 de outubro de 2024, às 16 horas, o IHGMG preparava-se para mais uma Reunião Informal. Dessa vez, devido às obras na sede do Instituto, a reunião aconteceu na aconchegante Academia Mineira de Medicina. Logo no início, Wagner Colombarolli, nosso presidente emérito, tomou a palavra.

Com um sorriso acolhedor, ele agradeceu a presença de todos e informou que Paulo Duarte, também presidente emérito, não pôde comparecer devido a questões de saúde. Wagner então passou a palavra ao presidente José Carlos Serufo, que compartilhou novidades sobre as obras em andamento no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Cada palavra era um mergulho na história, e todos sentiam-se parte daquela narrativa. A confeitaria Marilene Guzella tomou a cena com suas lindas histórias, enchendo o ambiente de alegria e curiosidade. Logo após, a confeitaria Emilce Maria encantou a todos com uma poesia envolvente, que tocou os corações presentes. O clima se encheu de música quando o cantor, compositor e confrade Alarico, com seu violão, apresentou uma bela canção de sua autoria. A potência da voz do confrade Joaquim Cabral ressoou na sala enquanto narrava uma história emocionante que ocorreu no Presídio de Neves. Era como se estivéssemos lá, vivendo cada detalhe. O confrade Ozório Couto trouxe consigo um livro de sua autoria, do qual falou com paixão, antes de ler belos versos que trouxeram um momento de suavidade ao encontro.

Quando a tarde encantadora se aproximava do fim, Wagner Colombarolli convidou o presidente emérito Aluízio Quintão a compartilhar suas considerações. Com uma explicação técnica e precisa, Aluízio descreveu a trova — um poema de quatro versos, cada um com sete sílabas, formando uma estrofe completa — e falou sobre os trovadores, aqueles que recitam esse tipo de poema. Ele destacou a importância da poesia na preservação da cultura e na formação da identidade coletiva, encorajando todos a valorizarem e praticarem essa forma de expressão.

Os aplausos calorosos ecoaram pela sala, e os participantes trocaram sorrisos, refletindo sobre a beleza das palavras e a conexão criada ao longo do encontro. A tarde terminou com um sentimento de gratidão e inspiração, deixando a todos ansiosos pela próxima Reunião Informal.

O Infinito Universo das Artes

Sérgio Rodrigo - presidente da Fundação Clóvis Salgado

Gostaria de expressar, em meu nome e em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, nossa sincera gratidão a Sérgio Rodrigo Reis, presidente da Fundação Clóvis Salgado, pela valiosa contribuição ao compartilhar conosco o artigo *O Infinito Universo das Artes*. Sua colaboração fortalece o intercâmbio cultural que buscamos promover e reflete o compromisso de sua gestão com a promoção e preservação da arte e da cultura, fundamentais para o desenvolvimento do cenário cultural regional e nacional.

Realizações

A partir de julho de 2022, muito mudou na Fundação Clóvis Salgado (FCS), gestora do Palácio das Artes e do Circuito Liberdade, incluindo o Palácio da Liberdade, pela primeira vez aberto ao público. Mudou para mais e melhor.



Desde sua inauguração, em 1971, o Palácio das Artes dominou a paisagem cultural e artística de Belo Horizonte. Até que, nos últimos anos, vimos chegar enorme concorrência, saudável, que só nos fez incentivar e crescer. Os novos tempos pediram uma programação mais autoral e assim nasceu, reconquistando o tradicional, mas também um novo público, o conceito Palácio Para Todos; todas as artes, para todos. Espaço privilegiado da cultura e da arte, com inclusão, acessibilidade, diversidade e equidade.

Certos números falam mais que mil palavras. Em 2023, a FCS impactou diretamente mais de 7,5 milhões de pessoas por meio de suas ações culturais presenciais e virtuais. Neste panorama, ainda em 2022, os equipamentos do Circuito Liberdade atraíram 2.765.909 pessoas. Em 2023, foram 5.128.308. Até agosto de 2024, foram registradas 3.388.086.

De julho a dezembro de 2022, no Palácio das Artes, Parque Municipal e Praça da Liberdade, as 17 apresentações dos corpos artísticos do Palácio das Artes - Orquestra Sinfônica de Minas Gerais (OSMG), Coral Lírico de Minas Gerais (CLMG), Companhia de Dança do Palácio das Artes (CDPA); incluindo trechos da ópera “A Flauta Mágica” e “Viramundo Uma Ópera Contemporânea” - tiveram público de 13.291 pessoas. Em 2023, somente no Grande Teatro Cemig Palácio das Artes, foram 59 apresentações, incluindo duas óperas, “Viva Ópera” e “Matraga”, atraindo 46.121 pessoas. Em 2024, até então, 40 apresentações, incluindo as óperas “Devoção” e “Nabucco”, com público de 37.468 pessoas.

Nas Artes Visuais, de outubro de 2022 a novembro de 24, aconteceram 44 exposições atraindo 150.697 apreciadores. O Cine Humberto Mauro, em 2022, teve público presencial de 36.785 e online de 45.191. Em 2023, público presencial de 41.778 e online de 49.518. Em 2024, público presencial de 43.951 (até novembro) e online de 70.157 (até setembro). Somente nos nove primeiros meses deste ano, 37.753 espectadores, número superior ao número médio das 73 salas comerciais de cinema (32.915 espectadores).

Por fim, o berço de estrelas, o Centro de Formação Artística e Tecnológica (Cefart). Desde 2022, teve 4.763 estudantes matriculados, em 198 cursos. 240 apresentações, com público de 46.984 pessoas. Para finalizar e parafraseando o poeta Antônio Cícero, este show deve continuar, digamos e esperamos, até pouco antes do Universo se assombrar.



Estação “Congonhas do Campo” – Embarque em suas histórias

Associado Efetivo: André Candreva – Cadeira 11



Desde sua implantação no Brasil, a partir da metade do século XIX, a ferrovia ainda possui um papel importante no desenvolvimento do país e em todo o mundo. Em outras épocas, fez surgir povoados e impulsionou o crescimento das cidades e suas estações serviram como agência de correios, posto de comunicação e ponto de encontro das pessoas. A região de Congonhas foi contemplada inicialmente pela Estrada de Ferro Dom Pedro II (rebatizada para Central do Brasil após a proclamação da República) com seus trilhos passando pelo distrito de Lobo Leite em 1886, distante cerca de 6km do centro do então arraial de Congonhas do Campo. Era por ali que todas as pessoas e mercadorias chegavam até a “cidade dos profetas”. Pouco depois, em setembro de 1899, era inaugurada a Estrada de Ferro Vale do Paraopeba, um pequeno ramal ferroviário de 8km que ligou diretamente Congonhas ao restante das ferrovias brasileiras. Esse ramal ficou conhecido pela alcunha de “Trem do Bispo”, em alusão ao apoio financeiro autorizado pelo congonghense Dom Silvério Gomes Pimenta, Bispo de Mariana na ocasião. O ramal passou a atender principalmente aos romeiros e peregrinos que afluem anualmente de todas as paragens mineiras para as festividades

do portentoso Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. A estação de entroncamento se chamava “Jubileu” e ficava distante cerca de 3km da estação de Lobo Leite, pela linha da Central do Brasil. A estação final do ramal se chamava “Santuário” e se localizava na região central de Congonhas. Esse pequeno trecho ferroviário foi desativado em 1917, após a inauguração do ramal do Paraopeba, que teve sua construção iniciada em 1910 (quase trinta anos depois da inauguração da estação de Lobo Leite), permitindo a ligação direta entre a capital mineira e a cidade do Rio de Janeiro. O trajeto deste novo ramal foi projetado para passar pela região central de Congonhas, e a uma nova estação ferroviária começou a ser erguida em 1911, e inaugurada em 14 de novembro de 1914. Seu maior movimento sempre foi durante as duas primeiras semanas de setembro, atendendo aos milhares de romeiros do Jubileu. Por ficar mais próxima do Santuário, a estação desempenhou um papel importantíssimo no funcionamento da festa religiosa até o final da década de 1980 quando os trens de passageiros foram, lamentavelmente, desativados em praticamente todo o país. O transporte ferroviário era o que existia de mais moderno no início do século XX e as estações eram frequentadas por pessoas de todas as camadas sociais, gerando histórias e fatos curiosos que merecem ser narrados para não se perderem no tempo. Pelas plataformas da estação congonghense circularam pessoas anônimas e famosas: artistas do rádio, do cinema, políticos além de jogadores de futebol, que utilizaram os luxuosos trens da Central, como o “Noturno Mineiro” e o “Vera Cruz” - este, um expresso de alto luxo com seus carros de passageiros fabricados em aço inox. Ficou no imaginário de seus usuários sendo chamado de “Trem de Prata” ou “Trem de Aço”.

André Candreva



Estação Ferroviária de Congonhas

Mas o trem de passageiros mais utilizado pelos mineiros foi o “misto”, assim chamado por transportar simultaneamente passageiros e cargas. Das histórias orais narradas pelos meus antepassados, destaco a passagem por Congonhas do rei da Bélgica - Alberto I, que veio ao Brasil prestigiar o acordo comercial entre o governo de Minas e a Bélgica para a constituição da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. Durante sua curta permanência na estação “Congonhas do Campo” – enquanto aguardava a liberação da linha para o trem seguir viagem até Belo Horizonte, o rei Alberto I desembarcou do carro especial que o levava, e se mostrou solícito e simpático com as pessoas que ali estavam a lhe prestigiar. Outra narrativa oral se deu em 1946 quando a delegação de futebol do Clube de Regatas Botafogo, que seguia viagem do Rio de Janeiro para Belo Horizonte onde disputaria uma partida de futebol, fez uma breve pausa em Congonhas e os jogadores

aproveitaram para fazer um lanche. No elenco botafoguense estava o famoso jogador Heleno de Freitas, que foi confundido por várias pessoas como um astro do cinema norte-americano, tamanha a sua elegância. Impecavelmente vestido, Heleno usava um chamativo par de óculos rayban, coisa rara no Brasil daquela época. Em 1948 o então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra foi recepcionado por congonghenses na estação ferroviária – quando rumava para o Rio de Janeiro. A corporação musical Senhor Bom Jesus, sob a regência do maestro Timóteo Machado, fez uma brilhante apresentação. A professora e diretora da Escola Barão de Congonhas, Maria Marcossi, e seus alunos presentearam o Presidente com um buquê de flores. Não obstante à presença dos famosos, a presença de pessoas anônimas e de origem humilde, eram frequentes nas plataformas da estação congonghense ao longo do ano. Durante décadas passaram por Congonhas, vindos do norte de Minas e rumando para as capitais do Rio de Janeiro ou de São Paulo, os trens de passageiros que levavam centenas de migrantes entre os anos de 1947 a 1979, fugindo do flagelo da seca nordestina, e que sonhavam com uma vida melhor nas grandes cidades brasileiras. Para nós mineiros, esse trem era conhecido pejorativamente como “trem baiano”. Para os paulistas, este mesmo trem era chamado de “trem da ilusão”. Ainda sobre os trens de passageiros que circulavam entre Belo Horizonte e o Rio de Janeiro, um deles ficou marcado pela agonia. Desde os anos 1920 até meados da década de 1960, um carro de passageiros especial era usado para levar possíveis “doentes mentais” para o sanatório em Barbacena. Quando este passava por Congonhas, muitos diziam: lá vai o “trem de doido”. Também foi possível testemunhar os trens de carga transportando bois (conhecidos como trens ‘boiadeiros’). Vindos do sertão mineiro, rumavam para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo para abastecer os frigoríficos. E em ocasiões especiais, como os festejos do Jubileu, desembarcavam na estação de Congonhas os grandes circos brasileiros com seus divertidos palhaços, malabaristas, mágicos, trapezistas, equilibristas e domadores, que exibiam animais raros e exóticos. Era um momento que proporcionava atração, curiosidade e divertimento para quem ali estivesse. No final da década de 1970 foi a vez da indústria automotiva inovar, utilizando os trens como meio de transporte de veículos, indo em direção ao porto no Rio de Janeiro. Eram os trens “cegonheiros” que transportaram por cerca de três anos os automóveis fabricados pela montadora italiana FIAT, cuja fábrica se localiza no município de Betim. Muitos desses trens paravam nos pátios da estação em Congonhas aguardando a passagem de outro trem no sentido contrário, o que era motivo de contemplação e admiração de muitas pessoas. A estação ferroviária foi desativada no início de 1980. Acabou sendo utilizada por mais de duas décadas como moradia de funcionários da extinta RFFSA. Em 2001 o Município de Congonhas adquiriu o prédio e seu entorno, e o transformou em espaço cultural inaugurado em 2006. Hoje centenário, o prédio que possuiu uma arquitetura ímpar, é um dos destaques como atrativos turísticos na cidade. Quando de sua inauguração em 1914, foi batizada pela E. F. Central do Brasil como “Estação Congonhas do Campo” e assim permanece com seu nome imponente em letreiros grafados em alto relevo em suas paredes frontais. A cidade de Congonhas “perdeu” o “do Campo” de seu nome em 1948, mas a estação o conserva até hoje, nos remetendo às origens do povoado no início do século XVIII. Os trens de passageiros não circulam mais pela estação e sua plataforma emudeceu, mas ainda hoje ecoa nas lembranças de muitos o apito das locomotivas e o murmúrio dos passageiros.